

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo nº 2021/12377

**Aquisição de switches para modernização e
ampliação da infraestrutura de rede do TJAL**

Maceió, junho de 2022

Diretoria Adjunta de Tecnologia da Informação - DIATI

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
30/05/2022	1.0	Versão inicial	Equipe de planejamento

SUMÁRIO

1.	ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO	5
1.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO	5
1.2.	DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS	5
1.3.	ANÁLISE DE SOLUÇÕES.....	6
1.3.1.	SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO DE TIC	6
1.3.2.	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SIMILARES	6
1.3.3.	OUTRAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS	7
1.3.4.	PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO	7
1.3.5.	ALTERNATIVA DE SOFTWARE LIVRE NO MERCADO DE TIC	7
1.3.6.	MODELO NACIONAL DE INTEROPERABILIDADE - MNI	7
1.3.7.	INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP-BRASIL	7
1.3.8.	MODELO DE REQUISITOS MOREQ-JUS	7
1.4.	ANÁLISE DOS CUSTOS TOTAIS DA DEMANDA	7
1.5.	ESCOLHA E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA.....	8
1.5.1.	MOTIVAÇÃO DA ESCOLHA	8
1.5.2.	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	8
1.5.3.	ALINHAMENTO DA SOLUÇÃO	8
1.5.4.	BENEFÍCIOS ESPERADOS	9
1.5.5.	RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE BENS/SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS	9
2.	SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO	10
2.2.	ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE	10
2.4.	RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS NECESSÁRIOS À CONTINUIDADE DE NEGÓCIO	10
2.8.	DESCONTINUIDADE DO FORNECIMENTO	10
2.9.	TRANSIÇÃO CONTRATUAL E ENCERRAMENTO DO CONTRATO	11
2.10.	ESTRATÉGIA DE INDEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA	11



3.	ESTRATÉGIA PARA CONTRATAÇÃO	12
4.	ANÁLISE DE RISCOS	13
4.1.	RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	13
4.2.	RISCOS DE NEGÓCIO.....	13
4.3.	RISCOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO.....	13
4.4.	RISCOS ADMINISTRATIVOS.....	14
4.5.	MATRIZ DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS RISCOS IDENTIFICADOS	15
5.	APROVAÇÃO E ASSINATURA	16

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Referência: Art. 11 da IN SGD/ME nº 1/2019 e Resolução CNJ nº 182/2013

1. ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

- 1.1.1. A ação integra um conjunto de iniciativas voltadas à ampliação da capacidade e robustez da infraestrutura tecnológica do Poder Judiciário de Alagoas (PJAL), preparando-a para sustentar a continuidade dos serviços que o PJAL presta por meio da Tecnologia da Informação, em atendimento às necessidades atuais e, sobretudo, às novas demandas relacionadas à sustentação do processo judicial eletrônico.
- 1.1.2. Objetivando garantir a disponibilidade, qualidade e segurança da infraestrutura de TIC, necessária à prestação dos serviços ao público interno e externo, de maneira que seja possível promover a expansão da infraestrutura de redes de dados, além de potencializar às novas soluções e demandas institucionais, o PJAL busca atualizar seu parque de Tecnologia da Informação, visando acrescer a qualidade e capacidade dos recursos de telecomunicações, possibilitando agilidade e eficiência sob o aspecto processual.
- 1.1.3. Ademais, cumpre destacar que a solução a ser contratada visa asseverar requisitos essenciais como contingência, redundância e disponibilidade, potencializando o acesso aos diversos sistemas deste Egrégio Tribunal, otimizando a conectividade entre as unidades judiciárias em torno do estado de Alagoas. Dessa forma, a aquisição de uma solução de conectividade, capaz de aumentar, de forma exponencial, o poder de comutação de dados, promoverá maior disponibilidade dos serviços, visando substituir e/ou ampliar a parque atual, que apresenta equipamentos, em certa medida, fora de garantia e suporte, sendo evidente a necessidade de atualização de uma plataforma que possibilite maior velocidade, segurança, desempenho e escalabilidade.
- 1.1.4. Logo, resumidamente, a contratação é motivada pelas seguintes necessidades:
 - 1.1.4.1. Sustentação do processo judicial eletrônico: o processo judicial eletrônico estabelecerá uma dependência sem precedentes do negócio em relação à tecnologia, visto que todas as informações e atos processuais serão produzidos, armazenados, manipulados e consultados no meio eletrônico. Como responsável pela guarda, segurança e entrega dos autos, cabe à tecnologia assegurar os meios para responder adequadamente a essas responsabilidades, sendo a rede local (LAN) que interliga os servidores e sistemas centralizados quanto os microcomputadores e impressoras dos usuários um dos recursos mais críticos dessa infraestrutura, pois dela dependem as interconexões entre todos os equipamentos;
 - 1.1.4.2. Expansão do número de equipamentos e portas: Os switches a serem acrescentados destinam-se à ampliação do número de portas de rede nos pavimentos do Fórum da Capital e das demais unidades espalhadas pelo Estado de Alagoas;
 - 1.1.4.3. Renovação dos equipamentos da rede atual: Vários switches que compõem o parque do PJAL estão próximos do fim do seu ciclo de vida, sendo necessária a substituição de tais equipamentos por novos, com garantia associada, devido ao elevado tempo de uso dos equipamentos e à sua criticidade para a infraestrutura do Tribunal.

1.2. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

1.2.1. Do ponto de vista estratégico (funcionalidades vinculadas aos objetivos do negócio jurisdicional), a contratação pretendida exige, minimamente:

- 1.2.1.1. Possibilitar a continuidade da prestação dos serviços essenciais de TI, associados à prestação do serviço jurisdicional, evitando paralisações, perdas de dados e consequentes fricções decorrentes de qualquer não disponibilidade funcional e/ou de desempenho;
- 1.2.1.2. Suprir a evolução da demanda atual e vindoura por tráfego de rede de computadores, minimamente ao logo dos próximos cinco anos, dos sistemas em uso no TJAL, evitando a lentidão ou mesmo a descontinuidade funcional dos sistemas de informação judiciais e administrativos;
- 1.2.1.3. Incrementar o leque de recursos técnicos e de desempenho da rede “cabeada”, em relação aos que existem hoje;
- 1.2.1.4. Permitir o mínimo possível de interrupção no tocante ao impacto do acréscimo da presente solução no ambiente atual de TI do TJAL; e
- 1.2.1.5. Permitir o máximo de escalabilidade horizontal e vertical, objetivando a preservação do investimento ao longo de pelo menos 60 (sessenta) meses, período onde deve vigor a garantia, bem como o prolongamento de sua utilização funcional pelo TJAL.

1.3. ANÁLISE DE SOLUÇÕES

1.3.1. SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO DE TIC

- 1.3.1.1. A análise comparativa de soluções de TIC, capazes de atender a necessidade do TJAL, visa a elencar as alternativas de atendimento considerando, além do aspecto econômico, os aspectos de eficiência e eficácia em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação.
- 1.3.1.2. Considerando os objetos deste estudo, visualiza-se 01 (uma) possível alternativa presente no mercado. As soluções de TIC identificadas são:

Cenário	Nome da solução (ou cenário)	Descrição resumida
1A	Aquisição de switches	Aquisição de novos switches. Esta solução é baseada na aquisição de novos equipamentos, incluindo licenciamento, suporte técnico e garantia.

1.3.2. CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SIMILARES

- 1.3.2.1. A equipe de planejamento tomou como base contratações do mesmo tipo, presentes em soluções apresentadas em editais publicados por outros órgãos da Administração Pública, ocorridas nos 2 últimos anos, obtidas através do portal de compras governamentais (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br>) e pesquisas feitas pela internet, com destaque para:

Órgão	Pregão	Descrição
Universidade Federal do Paraná	106/2020	Aquisição (eventual) de ativos de rede (switches) incluindo sistema de gerenciamento centralizado, instalação e configuração, treinamentos e garantia on-site, visando atender as demandas da Universidade Federal do Paraná.
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal	29/2021	Registro de Preços para eventual aquisição de soluções para rede de computadores (switch de acesso 24 portas, switch de acesso 48 portas, switch 48 portas, switch SAN 24 portas, transceiver, roteador, etc) para o CBMDF (Brasília/DF), para o Exército Brasileiro (Base de Administração do Comando Militar do Planalto - Brasília/DF) e para a Marinha do Brasil (Escola Naval - Rio de Janeiro/RJ).

Universidade Tecnológica Federal do Paraná	17/2021	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação (TI) para atendimento às demandas da UTFPR.
Receita Federal do Brasil	2/2021	Registro de preços para eventual aquisição de solução de rede, com suporte e garantia de funcionamento de 60 (sessenta) meses, para o datacenter da Secretaria Especial da receita Federal do Brasil (RFB), em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nesse Edital e seus anexos.

1.3.3. OUTRAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS

- 1.3.3.1. Em virtude da natureza da demanda, não se vislumbra outras soluções disponíveis no mercado além das apresentadas no item 1.3.1 deste documento. Ademais, conforme indicado no item 1.3.2, vários órgãos ou entidades da administração pública, para atender a sua demanda para o objeto em foco, contrataram uma das alternativas de solução apresentadas neste documento.

1.3.4. PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO

- 1.3.4.1. Não existem soluções no Portal do Software Público Brasileiro capazes de satisfazer plenamente os requisitos definidos no item 1.2.

1.3.5. ALTERNATIVA DE SOFTWARE LIVRE NO MERCADO DE TIC

- 1.3.5.1. Dada a natureza da demanda, não existem soluções de software livre ou software público capazes de satisfazer plenamente os requisitos definidos no item 1.2.

1.3.6. MODELO NACIONAL DE INTEROPERABILIDADE - MNI

- 1.3.6.1. Não se aplica por tratar de uma solução que não possui o requisito para intercâmbio de informações de processos judiciais e assemelhados entre os diversos órgãos de administração de justiça.

1.3.7. INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP-BRASIL

- 1.3.7.1. As alternativas de solução levantadas são capazes de fazer uso dos recursos tecnológicos disponíveis em certificados digitais, estando alinhadas à Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP Brasil e em conformidade com a MP nº 2.200-2 – de 24 de agosto de 20013 - e demais arcabouços normativos aplicáveis a solução, instituídos pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI).

1.3.8. MODELO DE REQUISITOS MOREQ-JUS

- 1.3.8.1. Não se aplica por tratar de uma solução que não possui o requisito de gestão de processos e documentos, nos termos tratados pela Resolução CNJ nº 91 de 29/09/2009.

1.4. ANÁLISE DOS CUSTOS TOTAIS DA DEMANDA

- 1.4.1. Como único cenário viável, a solução 1A foi aprofundada sob a perspectiva financeira.

Id.	Descrição do Bem ou Serviço
1	Switch 24 portas 10/100/1000 PoE + 2 portas 10GE, Stacking L3
2	Switch configuração fixa 48 portas 10/100/1000 PoE, Stacking L3

3	Software para gerência de 10 dispositivos (bundle)
4	Transceiver 10GBase-SR
5	Transceiver 1GBase-T
6	Transceiver 1000BASE-SX

1.4.2. Portanto, os seguintes custos foram levantados para solução 1A:

Id.	Qtde	Propostas			
		P1	P2	P3	
1	70	R\$ 2.123.239,70	R\$ 3.425.184,70	R\$ 2.271.866,05	
2	20	R\$ 812.815,12	R\$ 1.266.870,60	R\$ 861.583,90	
3	9	R\$ 57.960,29	R\$ 331.587,00	R\$ 63.176,69	
4	100	R\$ 101.604,07	R\$ 234.500,00	R\$ 111.764,40	
5	30	R\$ 10.073,58	R\$ 25.605,90	R\$ 11.181,47	
6	60	R\$ 14.433,80	R\$ 47.120,40	R\$ 16.165,63	Preço Médio
		R\$ 3.120.126,56	R\$ 5.330.868,60 (excluído¹)	R\$ 3.335.738,15	R\$ 3.227.932,35

Proposta	Fornecedor
P1	GoAhead IT
P2	NEC Latin America S.A.
P3	ACRONSOFT Cloud & Services

1.5. ESCOLHA E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

1.5.1. MOTIVAÇÃO DA ESCOLHA

1.5.1.1. O único e possível cenário considerado neste estudo é o cenário 1A.

1.5.2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

1.5.2.1. Eventual aquisição de switches, com o fito de modernizar e expandir a infraestrutura de rede IP do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, composto por lote único.

1.5.3. ALINHAMENTO DA SOLUÇÃO

¹ Valor final supera a média dos demais em mais de 30%, conforme manual de orientação de pesquisa de preços do STJ, Edição 2020.

1.5.3.1. A presente pretensão encontra consonância com os instrumentos estratégicos da Corte, tanto o PETIC quanto o PDTIC, além do plano de contratações 2022;

ALINHAMENTO AO PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL VIGENTE		
ID	Objetivos Estratégicos	
11	Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC	Iniciativa 11.2.2 – aprimoramento da segurança da informação. Iniciativa 11.2.3 – melhoria da disponibilidade dos sistemas judiciais.

ALINHAMENTO AO PETIC		
ID	Indicador	Ação associada
2A	Possuir ambiente de processamento central (Datacenter) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade	Garantir ambiente de processamento central (Data Center) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade estabelecidos em normas nacionais e internacionais, que abrigue os equipamentos principais de processamento e de armazenamento de dados; de segurança e ativos de rede centrais, para maximizar a segurança e a disponibilidade dos serviços essenciais e de sistemas estratégicos do órgão.

1.5.4. BENEFÍCIOS ESPERADOS

- 1.5.4.1. Aumento do grau de satisfação dos usuários com os serviços fornecidos pela área de Tecnologia da Informação do TJ-AL;
- 1.5.4.2. Modernização da rede de dados do Poder Judiciário de Alagoas e, por conseguinte, torná-la mais robusta e performática;
- 1.5.4.3. Melhores índices de disponibilidade dos recursos de TI e sistemas de informação mais estáveis;
- 1.5.4.4. Proporcionar maior segurança, aumentando a eficiência, confiabilidade e celeridade à execução das atividades e acesso realizados pelos cidadãos e usuários ao portal e sistemas do Poder Judiciário Alagoano;

1.5.5. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE BENS/SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

Demanda prevista	30 comarcas de 1ª entrância 22 comarcas de 2ª entrância 3 comarcas de 3 entrância 2º grau
Quantidade a ser contratado	70 Switch 24 portas 10/100/1000 PoE + 2 portas 10GE, Stacking L3 20 Switch configuração fixa 48 portas 10/100/1000 PoE, Stacking L3 9 Software para gerência de 10 dispositivos (bundle) 100 Transceiver 10GBase-SR 30 Transceiver 1GBase-T 60 Transceiver 1000BASE-SX

2. SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO

- 2.1. Este plano de sustentação tem como objetivo garantir as condições necessárias à execução do serviço contratada e definir formas e regras de transição após o fim do contrato de modo a não permitir a interrupção do serviço.

2.2. ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE

- 2.3. A partir da escolha de alternativa de solução definida no item “Descrição da Solução” do artefato de “Análise de Viabilidade da Contratação”, não será realizada nenhuma adequação do ambiente do TJAL, uma vez que a atual infraestrutura tecnológica deste Tribunal comporta a demanda.

2.4. RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS NECESSÁRIOS À CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

- 2.5. O contrato envolve entrega de produto com garantia do fabricante. Não haverá necessidade de recursos materiais a serem disponibilizados pelo Tribunal para a execução e continuidade do serviço contratado, tendo em vista que o objeto engloba aquisição de bens e serviços pontuais.
- 2.6. Com relação aos Recursos Humanos, 8 (oito) membros do departamento de redes do TJAL estão capacitados para administrar a solução durante todo o seu ciclo de vida.
- 2.7. A Administração deverá formalizar os nomes que farão parte da equipe que se encarregará de acompanhar e viabilizar a implantação da solução adquirida, além dos fiscais que acompanharão a entrega da solução e a prestação dos serviços contratados durante o período de vigência do contrato.

Id	Função	Formação	Atribuições		Carga horária semanal necessária
1	Acompanhamento e fiscalização	Servidor concursado	1	Verificar o cumprimento integral da execução dos serviços	10 horas
			2	Manter registro de ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando todas as ações necessárias para a regularização das faltas ou defeitos.	10 horas
			3	Comunicar, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidades, em como efetuar as glosas na Nota fiscal/Fatura	10 horas

2.8. DESCONTINUIDADE DO FORNECIMENTO

- 2.8.1. O risco de descontinuidade está em grande parte vinculado ao risco da fabricante, uma vez que esta deverá oferecer a garantia do produto durante 5 anos.
- 2.8.2. Os principais fabricantes da solução que será adquirida, como a Aruba, possuem parceiras localizadas no Brasil. Caso haja alguma interrupção contratual considerada grave, o fabricante da solução pode assumir as pendências deixadas pela empresa parceira, ou indicar outra parceira para dar continuidade, precisando ser realizada uma análise jurídica prévia para este caso.
- 2.8.3. Nas hipóteses de eventual interrupção da extensão de garantia técnica motivada por fatores puramente técnicos, quando as atualizações e acessos a base de conhecimento da solução de rede forem violadas, o gestor da solução e sua equipe deverão tomar as seguintes ações:

- 2.8.4. Hipótese 1: Os equipamentos foram descontinuados pela fabricante da solução durante o período de vigência da extensão da garantia
- 2.8.4.1. Ação 1: Solicitar ao fornecedor a imediata substituição do equipamento por um outro com características iguais ou superiores.
 - 2.8.4.2. Ação 2: Solicitar a área demandante da solução de TIC que sejam realizados novos Estudos Preliminares para a adoção de uma nova solução de tecnologia da informação.
 - 2.8.4.3. Ação 3: Solicitar que Administração aplique as sanções, dentro dos mecanismos legais possíveis a serem definidos no Termo de Referência e demais instrumentos da contratação
- 2.8.5. Hipótese 2: Fornecedor deixou de substituir peças, atualizar os firmwares ou interrompeu o acesso a base de conhecimento da solução;
- 2.8.5.1. Ação 1: Solicitar ao fornecedor a imediata atualização dos firmwares e/ou o reestabelecimento do acesso à base de conhecimento, por meio do canal técnico a ser definido no Termo de Referência.
 - 2.8.5.2. Ação 2: Solicitar que Administração aplique as sanções, dentro dos mecanismos legais possíveis a serem definidos no Termo de Referência e demais instrumentos da contratação.

2.9. TRANSIÇÃO CONTRATUAL E ENCERRAMENTO DO CONTRATO

- 2.9.1. Havendo transição contratual para outro fornecedor da mesma solução de tecnologia da informação, por motivos de ordem puramente administrativa nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/93, o gestor da solução e sua equipe deverão garantir que todas as ocorrências que estejam eventualmente abertas sejam repassadas para o novo fornecedor. Ademais, deverão verificar se a titularidade da informação dos equipamentos e das licenças de *firmware* permanece a mesma perante o fabricante;
- 2.9.2. No caso do encerramento da vigência da garantia técnica, o gestor da solução e sua equipe deverão, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, solicitar a imediata atualização dos equipamentos e da base de conhecimento ao fornecedor para a última versão estável disponível pelo fabricante;

2.10. ESTRATÉGIA DE INDEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

- 2.10.1. É senso comum que o fabricante de equipamentos que operam estruturas baseadas em firmware é a única entidade capaz de prover atualizações de versões da plataforma, uma vez que é detentor exclusivo dos meios de produção do programa, tendo os direitos de propriedade intelectual protegido por 50 (cinquenta) anos, nos termos do art. 2º, § 2º da Lei nº 9.609/98;
- 2.10.2. Para garantir o adequado funcionamento do equipamento, as peças que vierem a ser substituídas e os profissionais que realizarem a substituição devem ser homologados e credenciados pelo fabricante, sendo essa condição determinante para habilitação dos fornecedores/revendas;
- 2.10.3. A melhor estratégia para independência tecnológica é solicitar que a área demandante realize, a cada 2 (dois) anos, um novo Estudo Preliminar para verificar no mercado de TIC novas soluções tecnológicas para o objeto deste estudo, nos termos dos requisitos definidos no artefato de “Análise de Viabilidade da Contratação”. Ao término desse período, os equipamentos estarão com 60 (sessenta) meses de uso, validando a necessidade de novos estudos, com possível troca de tecnologia considerada superada;

3. ESTRATÉGIA PARA CONTRATAÇÃO

Natureza do objeto	Trata-se de contratação de bens, de acordo com o parágrafo único do art. 1º da Lei do Pregão Eletrônico, n. 10.250/2002, “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”
Parcelamento do objeto	Os ativos de rede e os serviços associados, todos componentes do objeto ofertado, possuem alta correlação técnica entre si, de forma que é bastante recomendável que sejam adjudicados a um único fornecedor para que seja mantida a máxima compatibilidade técnica entre as soluções.
Adjudicação do objeto	Lote único, agrupando itens distintos, adjudicados a uma única empresa. O lote a ser ofertado possui componentes que serão configurados e mantidos em conjunto, o que torna viável a garantia de funcionamento de ambos pelo mesmo período e a cargo do mesmo fornecedor.
Modalidade e Tipo de licitação	Os bens e serviços da contratação pretendida podem ser classificados como comuns, uma vez que padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado. Desta forma, a aquisição pretendida deverá ser realizada pela modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global .
Classificação e indicação da fonte de recursos	A fonte dos recursos financeiros será indicada pelo Funjuris. A classificação da despesa, segundo o tipo de item a ser adquirido é categorizada como contratação de equipamentos de Tecnologia da Informação.
Vigência e prazo de garantia	Os efeitos da contratação, serviços de garantia e suporte técnico, deverão perdurar pelo período de 60 meses (5 anos)
Equipe de gestão da contratação	Gestor do Contrato: Indicação a cargo da Subdireção-Geral Fiscal Técnico: Indicação a cargo da Diretoria Adjunta de TI

4. ANÁLISE DE RISCOS

4.1. RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Risco 1.1			
Descrição	Demora na conclusão do processo licitatório em face de impugnações, recursos ou outros motivos		
Grau do risco	Impacto: Média Probabilidade: Alta	Id	Dano
		1	Atraso no processo de contratação
Id	Ação preventiva		Responsável
1	Verificação do teor de impugnações e recursos em contratações similares		Integrante administrativo e técnico
Id	Ação de contingência		Responsável
1	Acompanhamento com o auxílio da área jurídica para resposta às impugnações e recursos.		DIATI

Risco 1.2			
Descrição	Produto entregue fora das especificações exigidas		
Grau do risco	Impacto: Alto Probabilidade: Baixa	Id	Dano
		1	Atraso na conclusão do processo de aquisição
Id	Ação preventiva		Responsável
1	Dar prazo para que a empresa regularize a entrega, conforme os Termos do Edital.		Fiscal do Contrato
Id	Ação de contingência		Responsável
1	Não efetuar o recebimento definitivo, fazer a devolução e exigir a conformidade do objeto. Inobservada essa exigência, convocar o próximo classificado no certame		Fiscal do contrato

4.2. RISCOS DE NEGÓCIO

Risco 2.1			
Descrição	Indisponibilidade de serviços essenciais		
Grau do risco	Impacto: Alto Probabilidade: Baixa	Id	Dano
		1	Grandes prejuízos para a imagem institucional do TJAL e para a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) aos jurisdicionados
Id	Ação preventiva		Responsável
1	Manter diligência sobre o estado da contratação, incluindo a eficiência e eficácia do suporte técnico		Fiscal do Contrato
Id	Ação de contingência		Responsável
1	Estudar a adesão a Ata de registro de preço com o intuito de adquirir equipamentos em caráter emergencial, se o problema estiver intimamente ligado à contratação vigente.		DIATI

4.3. RISCOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Risco 3.1			
-----------	--	--	--

Descrição	A natureza técnica do objeto suscita a ocorrência de eventuais problemas associados ao funcionamento dos equipamentos.		
Grau do risco	Impacto: Médio Probabilidade: Baixa	Id 1	Dano Degradação do desempenho das aplicações
Id	Ação preventiva	Responsável	
1	Verificar a conformidade do objeto adquirido; garantir que as condições do ambiente físico em que está instalado o equipamento são adequadas para a implantação e o bom funcionamento do ativo	Fiscal Técnico do contrato / Departamento de Redes e Infraestrutura	
Id	Ação de contingência	Responsável	
1	Acionamento da garantia do fabricante, a fim de que seja efetuada a troca do bem	Fiscal Técnico do contrato / Departamento de Redes e Infraestrutura	

Risco 3.2			
Descrição	Ausência de substituição de peças, atualização dos firmwares ou interrupção ao acesso à base de conhecimento da solução		
Grau do risco	Impacto: Médio Probabilidade: Baixa	Id 1	Dano Limitação da capacidade de prover conectividade ao ambiente tecnológico do TJAL, além de possíveis falhas na disponibilidade dos serviços essenciais disponibilizados.
Id	Ação preventiva	Responsável	
1	Monitorar a execução do contrato, com fito de verificar as periodicidade de atualizações e o cumprimento das SLAs	Fiscal técnico	
Id	Ação de contingência	Responsável	
1	Solicitar ao fornecedor a imediata atualização dos firmwares e/ou o reestabelecimento do acesso à base de conhecimento	Fiscal Técnico	
2	Solicitar que Administração aplique sanções, dentro dos mecanismos legais possíveis	Gestor do Contrato	

Risco 3.3			
Descrição	Descontinuidade da solução pela fabricante durante o período de vigência do suporte técnico		
Grau do risco	Impacto: Alto Probabilidade: Baixa	Id 1	Dano Limitação da capacidade de prover conectividade ao ambiente tecnológico do TJAL, além de possíveis falhas na disponibilidade dos serviços essenciais disponibilizados.
Id	Ação preventiva	Responsável	
1	Monitorar a execução do contrato, com fito de verificar se as atualizações estão sendo realizadas regularmente.	Fiscal técnico / Equipe de redes e infraestrutura	
Id	Ação de contingência	Responsável	
1	Solicitar ao fornecedor a imediata substituição dos equipamentos descontinuados, caso as atualizações e substituição de peças estejam prejudicados.	Fiscal Técnico	
2	Solicitar a área demandante da solução de TIC que sejam realizados novos Estudos Preliminares para a adoção de uma nova solução de segurança de perímetro de rede;	DIATI	
3	Solicitar que a Administração aplique sanções, dentro dos mecanismos legais possíveis;	Gestor do Contrato	

4.4. RISCOS ADMINISTRATIVOS

Risco 4.1

Descrição		Falta de pessoal técnico para fiscalização do contrato	
Grau do risco	Impacto: Médio Probabilidade: Médio	Id	Dano
		1	Comprometimento na aferição dos níveis de serviço
		2	Atrasos na emissão do termo de recebimento dos serviços
		3	Não prestação do serviço ou prestação do serviço com baixa qualidade
Id	Ação preventiva		Responsável
1	Recrutar e treinar novos fiscais de contrato de TI		Diretoria da DIATI
Id	Ação de contingência		Responsável
1	Acumular papel de fiscal técnico juntamente com gestor do contrato, até a definição do novo fiscal		Gestor do contrato

4.5. MATRIZ DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS RISCOS IDENTIFICADOS

Probabilidade/Impacto	Sem impacto	Baixo	Médio	Alto
Baixa			3.1, 3.2	1.2, 2.1, 3.3
Média			4.1	
Alta			1.1	

5. APROVAÇÃO E ASSINATURA

Integrante Demandante	Integrante Técnico	Integrante Administrativo
JOSE BAPTISTA DOS SANTOS NETO:91232 Assinado de forma digital por JOSE BAPTISTA DOS SANTOS NETO:91232 Dados: 2022.06.03 09:03:29 -03'00' Jose Baptista dos Santos Neto Diretor da DIATI	CHRISTIANO ROSSINI MARTINS COSTA: 93077 C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autoridade Certificadora da Justica - AC-JUS, OU=Cert-JUS Institucional - A3, OU=28149205000152, OU=Tribunal de Justica Alagoas - TJAL, OU=SERVIDOR, CN=CHRISTIANO ROSSINI MARTINS COSTA:93077 2022.06.03 11:52:37-03'00'  Christiano Rossini Martins Costa Analista Judiciário	Igor de Albuquerque Frassy Técnico Judiciário